

SIDNEI AMENDOEIRA JR.

Bacharel em Direito, mestre e doutorando em Direito Processual Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Fadusp). Advogado militante em São Paulo e professor de Processo Civil.

PODERES DO JUIZ E TUTELA JURISDICIONAL

A utilização racional dos poderes do juiz como forma de obtenção da tutela jurisdicional efetiva, justa e tempestiva

Editora Atlas

São Paulo, 2006

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Amendoeira Jr., Sidnei

Poderes do juiz e tutela jurisdicional: a utilização racional dos poderes do juiz como forma de obtenção da tutela jurisdicional efetiva, justa e tempestiva / Sidnei Amendoeira Jr. - - São Paulo : Atlas, 2006. -
- (Coleção Atlas de Processo Civil)

Bibliografia.

ISBN 85-224-4425-0 (obra completa)

ISBN 85-224-4431-5

1. Juiz - Poderes 2. Juiz - Poderes - Brasil 3. Processo civil 4.
Processo civil-Brasil 5. Tutela jurisdicional 6. Tutela jurisdicional
- Brasil I. Título II. Série.

06-3683

CDU-347.962.1: 347.98

SUMÁRIO

Apresentação, ix

Prefácio, xi

Introdução, 1

1 Jurisdição e o Estado-Juiz, 7

1 Os poderes do juiz como decorrência do exercício da jurisdição, 7

2 Processo, 17

1 A relação jurídica processual e os poderes- deveres do juiz, 17

3 Tutela Jurisdicional, 23

1 Conceito, 23

2 Os tipos de tutela jurisdicional: generalidades, 29

3 Tutela jurisdicional efetiva, justa e tempestiva como escopo do processo e da atividade do juiz, 30

4 Os Poderes do Juiz, 33

1 Classificação: considerações gerais, 33

2 Breves comentários acerca da evolução dos poderes do juiz, 38

3 O Stuttgarter Model e os poderes do juiz alemão, 48

4 Extensão dos poderes do juiz italiano, 51

5 Os poderes do juiz no adversary system inglês e norte-americano, 54

5 Os Limites aos Poderes- Deveres do Juiz, 62

1 Considerações iniciais, 62

2 Os aparentes limitadores ao aumento dos poderes do juiz e de sua atividade ex officio, 64

2.1 O juiz e os princípios da igualdade e do contraditório, 64

2.2 O princípio da imparcialidade e a atividade ex officio do juiz, 69

2.3 O juiz e o princípio dispositivo, 71

3 Os verdadeiros limites aos poderes- deveres do juiz, 74

3.1 Princípio da demanda, objeto do processo e objeto do conhecimento do juiz, 74

3.2 Os princípios da legalidade, da motivação das decisões e a "discricionariiedade" judicial, 78

- 3.3 A responsabilidade do juiz, 88
- 3.4 Preclusão pro judicato, 95

6 As Formas de Tutela e os Poderes do Juiz, 100

1 As tutelas: declaratória, constitutiva e condenatória e os poderes instrutórios e éticos do magistrado, 100

- 1.1 Tutela declaratória, 100
- 1.2 Tutela constitutiva, 102
- 1.3 Tutela condenatória, 103
- 1.4 Poderes instrutórios: a divergência na doutrina e na jurisprudência, 105
- 1.5 Poderes instrutórios do juiz: nossa opinião, 110
- 1.6 Revelia e poderes instrutórios do juiz, 116
- 1.7 Os poderes instrutórios do juiz especificamente previstos pelo Código de Processo Civil, 118
- 1.8 Poderes éticos, 124

2 As tutelas mandamentais e executivas lato sensu e os poderes executivos, cautelares e éticos do juiz, 134

- 2.1 Tutelas mandamentais e executivas lato sensu: conceito, 134
- 2.2 O desenvolvimento da tutela às obrigações de fazer e não fazer como origem das tutelas mandamental e executiva lato sensu, 141
- 2.3 Os poderes executivos do juiz: ordem e medidas de sub-rogação, 144

3 As tutelas de urgência e os poderes cautelares e éticos do juiz, 154

- 3.1 Tutelas de urgência, 154
- 3.2 O poder cautelar do juiz em segundo grau, 169
- 3.3 O poder cautelar como instrumento do juiz para coibir o abuso do direito processual, 172

4 A tutela no processo de execução e os poderes executivos e éticos do juiz, 178

- 4.1 Tutela executiva: desenvolvimento histórico e conceito, 178
- 4.2 Necessidade de superação do binômio conhecimento-execução, 183
- 4.3 A busca da satisfação do crédito exequendo e a tentativa de coibir o propósito protelatório do devedor: poderes éticos e executivos, 186

Conclusão, 221

Bibliografia, 225